

**TutPrv no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.668.928 - PR
(2020/0043294-7)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
REQUERENTE : MÓVEIS CAMPO LARGO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO : DARLAN RODRIGUES BITTENCOURT - PR022780A
REQUERIDO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de tutela provisória requerido por MÓVEIS CAMPO LARGO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA no qual que pretende a concessão de medida liminar reconhecendo a coisa julgada neste processo e a consequente liberação dos depósitos judiciais.

Argumenta que no feito que recebeu o n. 5059016-64.2018.4.04.7000, houve o trânsito em julgado em 8/8/2019, e uma vez que no citado processo consta a mesma parte (ainda que se trate de uma filial), o mesmo pedido e a mesma causa de pedir, os efeitos da coisa julgada devem ser estendidos a este.

É o relatório. Decido.

O que pretende o requerente é estender ao processo em que a matriz figura como autora os efeitos da coisa julgada que operou-se em outro processo no qual figura como parte uma filial sua.

A pretensão do requerente é inviável, pois cada processo está adstrito aos limites subjetivos em que constituída a ação. Por esse motivo, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que a filial é ilegítima para executar título executivo emitido em favor da matriz (AgInt no AREsp 799.113/SC, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 11/3/2020). No mesmo sentido, também fixou-se que "a matriz não tem legitimidade para representar processualmente as filiais nos casos em que o fato gerador do tributo opera-se de maneira individualizada em cada estabelecimento comercial/industrial, uma vez que, para fins fiscais, matriz e filial são considerados entes autônomos" (AgRg no REsp 1.232.736/RS, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 6/9/2013).

Assim, como no presente feito foi publicada decisão em 30/3/2020, não tendo ainda esgotado os prazos recursais, não há que se falar em trânsito em julgado.

Superior Tribunal de Justiça

Por conseguinte, também não é possível deferir a liberação dos depósitos judiciais, uma vez que não findado o curso o processo.

Ademais, nos que se refere ao pedido de liberação dos depósitos judiciais, nos termos do art. 516 do CPC/2015, compete ao Juízo que decidiu a causa em primeiro grau de jurisdição julgar as questões que envolvem o cumprimento de sentença, como é caso dos depósitos judiciais.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de tutela provisória.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente